

MP do piso mínimo do frete vira lei; perdão a caminhoneiros é vetado

A Presidência da República sancionou na quarta-feira (5), com vetos, a lei que busca assegurar que contratantes de caminhoneiros autônomos respeitem os valores do piso nacional do frete. O texto, publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (6), aumenta as punições ao contratante ou intermediador que descumprir a norma — com multas de até R\$ 1 milhão — e torna mais rígida a fiscalização e as exigências em documentações. **Página 03**



Homem é preso após furtar peça de picanha **Página 07**



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5088 - Rondônia, sexta-feira, 07 de Agosto de 2026

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa

Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões para bets em 2025

Empresas de apostas movimentaram R\$ 351 bilhões no período **Página 05**

Empresário de Cacoal é identificado como vítima fatal de colisão frontal na BR-364



Foto: Divulgação



Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

VOCÊ É A NOSSA NOTÍCIA!

Tem algo importante, curioso ou que merece ser visto por todos?

ENVIE PARA A GAZETA E NÓS DIVULGAMOS!

Aqui, a **sua voz** tem vez. Sua informação pode virar notícia e ajudar a transformar a realidade da nossa comunidade.



Entre em contato com a nossa redação:

WHATSAPP 69 99338-0808

Sua sugestão pode fazer a diferença!

Tudo que você envia pode ser publicado no site **A Gazeta de Rondônia** e nas nossas redes sociais!





Unir anuncia 8 novos cursos gratuitos em Rondônia a partir de 2027 com 285 vagas pelo Sisu

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) prepara uma nova fase de expansão acadêmica e deve oferecer oito novos cursos de graduação gratuitos a partir de 2027. A ampliação contempla os campi de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes e Cacoal, com a criação de 285 novas vagas para estudantes de Rondônia.

O ingresso dos novos estudantes será realizado ex-

clusivamente pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), conforme o calendário definido pelo Ministério da Educação (MEC).

A expansão busca ampliar o acesso ao ensino superior público em Rondônia e atender novas demandas profissionais e tecnológicas da região.

Confira os novos cursos

da Unir por município

A distribuição das novas graduações será feita da seguinte forma:

Porto Velho
Farmácia
Fisioterapia
Fonoaudiologia
Terapia Ocupacional
Inteligência Artificial
Guajará-Mirim
Psicologia
Ariquemes
Ciência da Computação

Cacoal

Inteligência Artificial

Universidade prevê contratação de novos professores

Para viabilizar a implantação das novas graduações, a universidade realizou a contratação de 74 novos docentes.

Do total, 62 vagas serão destinadas à instituição ainda em 2026, enquanto as 12 restantes serão disponibili-

zadas em 2027.

Apesar do planejamento, os cursos ainda precisam passar pela aprovação dos conselhos internos da universidade antes da implantação definitiva.

O cronograma prevê que a última graduação desta etapa seja o curso de Fisioterapia, com previsão de início das aulas em 2028.

Com informações do Rondovisão

Saiba como consultar seu local de votação nas eleições de outubro



Os eleitores de todo o país já podem consultar os locais de votação para as eleições de 2026. O primeiro turno será realizado em 4 de outubro e o segundo, se

houver, em 25 de outubro. A consulta é importante porque a Justiça Eleitoral pode

alterar locais de votação entre uma eleição e outra, como aconteceu no Rio de Janeiro. Nesta terça-feira (4), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado anunciou a mudança de 66 zonas eleitorais.

A consulta pode ser feita na página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na área de Serviços eleitorais, que fica no canto superior à direita, na opção "Local de votação". É possível pesquisar o local de votação informando CPF, nome da mãe e data de nascimento ou acessando o sistema com o e-Título. Nesse caso, basta informar o CPF e o código gerado pelo

aplicativo.

Além do local de votação, o portal permite consultar o número do título, verificar a situação eleitoral e confirmar a autenticidade de documentos emitidos pela Justiça Eleitoral.

Rio de Janeiro

As mudanças anunciadas pelo TRE do Rio de Janeiro afetam cerca de 188 mil eleitores em 20 municípios. Segundo o tribunal, a decisão foi tomada por motivos de segurança para evitar que a votação ocorra em locais dominados pelo crime organizado e classificados como de alto risco.

Fonte: Agência Senado

MP do piso mínimo do frete vira lei; perdão a caminhoneiros é vetado

A Presidência da República sancionou na quarta-feira (5), com vetos, a lei que busca assegurar que contratantes de caminhoneiros autônomos respeitem os valores do piso nacional do frete. O texto, publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (6), aumenta as punições ao contratante ou intermediador que descumprir a norma — com multas de até R\$ 1 milhão — e torna mais rígida a fiscalização e as exigências em documentações.

A Lei 15.485 torna definitivos diversos trechos da Medida Provisória do Frete (MP 1.343/2026), que passou por uma série de mudanças no Congresso Nacional. A MP vigorou de 19 de março a 16 de julho e precisava ser aprovada pelos parlamentares para virar lei.

Entre os 22 vetos presidenciais, está o perdão a diversas infrações cometidas pelos caminhoneiros, inclusive os bloqueios de rodovias feitos nas manifestações após as eleições de 2022. Também foram rejeitadas a flexibilização da fiscalização de caminhões pesados e a criação de uma política de renovação de frotas. O Congresso Nacional poderá acatar ou rejeitar os vetos.

Punições

A lei determina punições tanto para quem contratar caminhoneiros por valores abaixo do piso, quanto para intermediadores na negociação (inclusive plataformas digitais). A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que fiscaliza o setor, será responsável pela aplicação das penalidades.

A lei prevê que os administradores e controladores das empresas poderão sofrer os efeitos das sanções, caso haja

fraude ou abuso na contratação. Antes da MP, a previsão alcançava apenas sócios e integrantes do grupo econômico.

Já quem contratar o transportador autônomo com o valor do piso mínimo, mas não quitar o pagamento em 30 dias, poderá ser obrigado a:

pagar o valor devido atualizado;

pagar multa de R\$ 10,5 mil; restringir suas atividades de transporte.

Os parlamentares incluíram na MP o adiantamento obrigatório de pelo menos 70% do valor dos contratos com transportadores autônomos, mas o governo federal vetou o trecho por “restringir excessivamente a liberdade contratual”.

Anistia

Foi vetada pela Presidência a tentativa dos parlamentares de transformar as seguintes infrações em advertências, desde que o processo estivesse em curso e multas ainda não tivessem sido pagas:

pagamentos abaixo do piso que tenham ocorrido antes da lei;

descumprimento dos limites de peso bruto de cada eixo do veículo.

A flexibilização não valeria no caso de violações cometidas intencionalmente e com fraude.

O governo também vetou a fiscalização do veículo por eixo somente a partir de 74 toneladas, e não a partir de 50 toneladas, como é hoje.

A Presidência da República considerou os trechos inconstitucionais por não apresentar impacto orçamentários sobre a renúncia das receitas.

Sobre o veto à anistia para caminhoneiros e empresas de transporte multados por blo-



queios em rodovias (feitos após a eleição presidencial de 2022, em protesto contra os resultados das urnas), o Executivo argumentou que o perdão contraria o interesse público e incorre em inconstitucionalidade ao prever a anulação genérica de multas já aplicadas, o que viola o princípio da separação dos Poderes e a garantia da coisa julgada.

Essa anistia havia sido inserida no texto da MP durante a tramitação do texto no Congresso. Seriam beneficiados inclusive os infratores com multas inscritas na dívida ativa (formalmente reconhecidas como dívidas perante o poder público).

Prevenção

A lei exige que o empregador cumpra o piso do frete como condição para gerar o Código Identificador da Operação de Transporte (Ciot), que comprova a regularidade da operação. Antes o sistema aceitava o registro de fretes em qualquer valor, sendo fiscalizado de forma posterior. O Ciot servia como prova da irregularidade, mas não impedia a viagem de ser autorizada no sistema.

A lei passa a obrigar o docu-

mento para todas as operações remuneradas de transporte, não mais apenas para os transportadores autônomos de carga.

A multa por descumprir regras na geração do Ciot será de R\$ 10,5 mil. No entanto, punições para obrigações acessórias serão tratadas em caráter orientativo, enquanto a lei não for regulamentada.

Foi vetada a obrigação dos bancos de acompanhar se o frete foi quitado, guardar provas e recolher a contribuição ao INSS, quando o motorista recebesse seu pagamento. Para o governo, o modelo poderia aumentar custos e deixar a fiscalização muito complexa.

Outras vantagens

A administração pública buscará assegurar que até 30% das contratações anuais de transporte rodoviário de cargas sejam feitas diretamente com caminhoneiros autônomos, sempre que houver disponibilidade, diz a nova lei.

Esses profissionais também poderão optar por pagar diretamente ao INSS, na qualidade de segurado contribuinte individual, em vez de ter a contribuição recolhida pelo empregador.

Caso faça a opção, deverá comprovar estar em dia com o INSS para renovar seu registro ante a ANTT.

A lei ainda assegura que o motorista contratado que atue em operações de longa distância (fora da base da empresa ou de sua residência por período superior a 24 horas) deve se submeter ao piso mínimo de frete, exceto se houver outra opção mais vantajosa.

Procargas

Os senadores e deputados buscaram revitalizar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Transporte de Cargas Nacional (Procargas), previsto desde 2015 na Lei do Caminhoneiro (Lei 13.103, de 2015) e ainda sem regulamentação. No entanto, diversos trechos foram vetados, inclusive a obrigação de o Poder Executivo incluir o programa no Orçamento de 2028.

O Procargas seria limitado ao transporte rodoviário e teria uma política de renovação de frotas. Para o governo federal, a iniciativa dificultaria a execução de outros programas existentes do mesmo tema, como o Move Brasil.

Fonte: Agência Senado

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878

Inscrição Estadual: 0000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Especialistas alertam para riscos de expansão de data centers de IA no Brasil

A expansão de data centers de inteligência artificial no Brasil pode provocar danos ambientais, alto consumo de água e aumento do custo da energia para o consumidor, sem trazer benefícios reais para a população e para o país. Esses foram alguns dos problemas apontados por especialistas ouvidos em audiência pública nesta terça-feira (4) na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O debate foi promovido para subsidiar a análise de um projeto de lei (PL 3.018/2024) que estabelece regras para a instalação e o funcionamento de centros de dados de IA. Os pedidos para a audiência (REQ 11/2026 - CCT e REQ 13/2026 - CCT) foram apresentados pelos senadores Teresa Leitão (PT-PE) e Rogério Carvalho (PT-SE). A intenção foi incluir na discussão, já iniciada em outra audiência pública, mais especialistas e representantes dos consumidores, de organizações ligadas ao meio ambiente e de comunidades indígenas.

— Essa diversidade contribui para um debate qualificado e para o aperfeiçoamento da análise legislativa desta comissão. As contribuições apresentadas serão importantes para o aperfeiçoamento da proposta legislativa e para a construção de um ambiente regulatório que concilie inovação, desenvolvimento tecnológico, segurança jurídica, sustentabilidade e proteção de direitos — disse Teresa Leitão, ao iniciar o debate.

O projeto de lei, de autoria do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), tem como relator o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) e está em análise na CCT.

Recursos naturais

Uma das preocupações é com a conta de energia. O diretor-executivo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Britto, lembrou que os data centers de inteligência artificial representam um alto consumo de energia elétrica sem capacidade de adaptação horária das atividades. Com isso, são necessários investimentos no sistema elétrico, o que pesa na tarifa de todos os consumidores de energia.

— Temos empreendimentos de vários setores produ-



vos que já são organizados e se controlam para, por exemplo, evitar operar e consumir energia nos horários de maior pico. Isso não acontece com os data centers, que vão acabar sobrecarregando o sistema nesses horários. Todos nós pagamos. É necessário ter infraestrutura para mais geração, para mais distribuição, e o pior é que todos esses custos também são bancados pela tarifa.

A sugestão do Idec é a criação de um encargo adicional específico para setores de alto consumo energético. O valor seria calculado pela Aneel, conforme o custo gerado pela atividade ao sistema, e cobrado desses grandes consumidores de energia.

Outro impacto é sobre o consumo de água. A diretora do Instituto Latinoamericano de Terraformación, Paz Peña, advertiu que muitas dessas instalações estão localizadas em áreas com estresse hídrico, onde competem com o consumo humano e contribuem para a pressão sobre os aquíferos.

— Nesse ponto, o Estado poderia estabelecer sistemas juridicamente vinculantes para que, no caso de escassez hídrica ou energética, seja priorizado o abastecimento humano — sugeriu a especialista, que também citou a possibilidade de aplicação de moratórias temporárias caso haja riscos graves para a água, o meio ambiente ou a saúde.

O diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec), André Lucas Fernandes, lembrou que os circuitos fechados, apresentados como uma solução para diminuir o uso desse recurso natural, aumentam o gasto de energia.

— Na verdade, a tecnologia que economiza água implica aumento do consumo energético, porque todo o sistema de circuito fechado exige o uso de ventiladores enormes girando 24 horas por dia para gerar o resfriamento.

Interesses internacionais

O codiretor do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin), Felipe Rocha da Silva, lembrou que o Brasil já tem atualmente cerca de 200 data centers em funcionamento. A preocupação com os novos (de inteligência artificial) se justifica porque o consumo de apenas um deles equivale a cinco vezes a potência somada desses outros 200 em funcionamento, explicou.

Para ele, o projeto precisa diferenciar, na lei, data centers pequenos, que podem servir a uma cidade para o processamento de dados de serviços públicos e do comércio, por exemplo, de megainfraestruturas que vão servir para o processamento de dados de empresas sediadas no exterior.

— É importante a gente ter claros esses diferentes usos, esses diferentes propósitos, para

que a gente consiga ter uma legislação em que se consiga endereçar diferentes modelos de negócio.

Rárisson Sampaio, assessor de Transição Energética e Justiça Socioambiental do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), disse que é preciso refletir sobre o que a instalação dessas estruturas vai deixar para o país. Ele lembrou que os empregos gerados, em geral são na fase de construção, ou seja, não perduram.

O que fica para o Brasil, avaliou o consultor, são os danos ambientais, já que os benefícios serão colhidos não pelos brasileiros, mas pelas empresas estrangeiras responsáveis pelos data centers, como Google e Meta.

— Ao fim, nós estamos tratando de um empreendimento que vai servir unicamente a um interesse estrangeiro. (...). Não estamos falando apenas de uma estrutura; estamos falando da política que vai absorver danos ambientais para o Brasil enquanto exporta meramente serviços para empresas, sem maior ganho econômico.

Calor, luz e barulho

Outros danos ambientais citados pelos participantes são o calor, o excesso de luminosidade e o ruído intenso, que podem causar mudanças de comportamento da fauna e da flora e da comunidade do entorno dos data centers.

Roberto Anacé, cacique da comunidade indígena Anacé, de Cauaia (CE), criticou a falta de consulta à comunidade na construção de um data center do TikTok no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará. Ele disse a empresa só ouviu os indígenas depois de protestos paralisarem as obras por duas vezes.

— Tem muito mais leis para derrubar uma carnaubeira para construir uma oca, uma moradia do nosso povo, do que para o data center. E quantas carnaubeiras foram derrubadas? Ninguém justifica quantos pássaros, quantas vidas foram tiradas. A propósito, a própria Constituição resguarda, primeiramente, a vida; mas nenhuma delas foi consultada se queria sair dali ou se queria morrer mais cedo ou mais tarde — lamentou.

Conselheira da organização Green Screen Coalition, Lorena Regattieri citou exemplos como o do estado de Nova York, nos Estados Unidos, que estabeleceu, em julho, uma moratória de um ano para novos data centers de hiperescala.

— O Senado pode transformar todas essas questões e os dados que já temos do que está acontecendo em outras regiões, e eu volto a adicionar, periferias do mundo num contexto da capacidade pública de decisão e da participação social com transparência — sugeriu.

Fonte: Agência Senado

Famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões para bets em 2025

As famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões para as bets no ano passado. O montante corresponde ao valor líquido, ou seja, à diferença entre o dinheiro apostado e o devolvido em forma de prêmio. Este valor equivale a uma média de R\$ 4,7 bilhões por mês, considerando o período de outubro de 2024 a março de 2026.

As perdas equivalem a 0,68% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias e consideram as transferências feitas por Pix para as casas de apostas. No mesmo período, as bets movimentaram quase R\$ 351 bilhões em transações via Pix.

Os dados constam do Boletim Fiscal dos Estados, divulgado nesta quinta-feira (6) pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), com base em estatísticas de pagamentos do Banco Central.



O estudo mostra que, desde a regulamentação das bets, em janeiro do ano passado, houve mudança no volume de transferências via Pix destinadas ao setor de artes, cultura, esporte e recreação, indicando maior comprometimento da renda das famílias com as apostas.

A lei que regulamen-

tou as bets determina que as empresas bloqueiem o acesso de usuários identificados como compulsivos. Segundo o advogado Júlio Leone, porém, isso não tem ocorrido.

"Quando é detectado que a pessoa tem ludopatia, que é viciada, compulsiva em apostas, o algoritmo deveria travar a conta

dela. Mas faz o contrário: manda mais bônus, mais vouchers, mais incentivos para que ela continue apostando. É aí que ela perde todo o capital."

O boletim mostra ainda que, desde outubro do ano passado, quando entrou em vigor a proibição de apostas para beneficiários do Bolsa Família,

houve desaceleração no ritmo das transações.

Segundo o Comsefaz, o resultado indica que a medida teve efeitos concretos sobre o volume agregado de transações, sugerindo que as famílias de menor renda tinham participação significativa no mercado de apostas.

Fonte: Agência Brasil

STF suspende julgamento de lei que proíbe jogos de azar

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (6) suspender o julgamento sobre a validade da Lei das Contravenções Penais. A norma está vigente no país desde 1941, quando foi assinada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas.

A análise do caso foi interrompida após um pedido de vista do ministro Flávio Dino. O ministro entendeu que o julgamento também deve envolver as apostas on-line, as chamadas bets.

Para o ministro, as ações que questionam a regulamentação plataformas de

bets devem ser julgadas em conjunto. A data para retomada do julgamento não foi definida.

"Não me parece que nós possamos dar um tratamento rigoroso ao jogo do bicho e ignorar este dragão que são os jogos perversos das bets", disse.

Julgamento

A Corte começou a analisar se a Lei das Contravenções Penais foi recepcionada pela Constituição de 1988.

O principal ponto em discussão está no Artigo 50 da lei. O dispositivo definiu como contravenção penal a exploração de jogos de azar

em locais públicos, como no caso de caça-níqueis, bingo e jogo do bicho. A norma também prevê multa de R\$ 2 mil e R\$ 200 mil para quem participa do jogo na condição de apostador.

O único voto do julgamento foi proferido pelo relator, ministro Luiz Fux. Ele apontou que a atividade econômica de jogos de azar no país é proibida, exceto nos casos das loterias.

Para o ministro, a atividade pode ser impedida pelo Estado e não está inserida no princípio constitucional da livre iniciativa econômica.

"A loteria não se vale de mecanismos voltados a extrair lucro diante da exploração do vício do comportamento", comentou.

Bets

O relator também tratou do caso das apostas on-line. As bets são legalizadas no país, desde que operem devidamente autorizadas pelo governo federal, e não são alvo do voto do ministro.

No entanto, Fux aproveitou a análise do caso para citar os impactos do vício em jogos de azar e citou casos de superendividamento, envolvimento de crianças e os efeitos na diminuição das

vendas do comércio.

"Hoje, se aposta, mas não compra comida para a casa", disse.

Entenda

O Supremo começou a analisar o caso após recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) contra decisão da Justiça estadual. A instância inferior considerou que a lei não foi recepcionada pela Constituição de 1988.

O caso concreto trata de um homem condenado por ter três máquinas caça-níqueis em seu estabelecimento comercial.

Fonte: Agência Brasil



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE**

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO 29/2026

O Município de Colorado do Oeste-RO torna pública a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 29/2026, em virtude de retificação no edital. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodoeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste RO, 06 de agosto de 2026.

Eliene Medeiros Felix da Cruz
Pregoeira



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 44/2026
PROCESSO Nº 0002184-90.2025.6.22.8000**

OBJETO: Formação de registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, para eventual contratação de serviços de táxi aéreo (fretamento de aeronaves de asa fixa e asa rotativa por hora de voo), nos termos e condições estabelecidos no edital e em seus anexos integrantes.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário.

ABERTURA: As propostas serão abertas no sistema ComprasGov (www.gov.br/compras) às 14h30min do dia 25 de agosto de 2026 (horário de Brasília/DF). A sessão pública será operada diretamente no sistema ComprasGov, no portal de compras do Governo Federal.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: A partir do dia 7 de agosto de 2026, nos sítios da internet www.gov.br/compras e www.tre-ro.jus.br ou, ainda, mediante solicitação formal através do e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

TELEFONES PARA INFORMAÇÕES: (69) 3211-2000/2082. Porto Velho, 5 de agosto de 2026.

ANDERCLEDSON REIS
Pregoeiro

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026/AMPLO

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 89388/2026/SEMED, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes sendo Computador do tipo All-in-One, Computador Desktop, Notebook e Gabinete de Recarga para Notebook para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste anexo e seus instrumentos. R\$ 392.184,12 (trezentos e noventa e dois mil cento e oitenta e quatro reais e doze centavos). Início da sessão: 26/08/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.

Vilhena-RO, 06/08/2026.

LUCILENE CASTRO DE SOUSA – PREGOEIRO

Indicações Geográficas de Rondônia entram em programa internacional para acelerar negócios

As Indicações Geográficas (IGs) Matas de Rondônia e Cacau de Rondônia foram selecionadas para participar do Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Potencializando a Bioeconomia: Inovação e Competitividade nas Cadeias Produtivas da Biodiversidade Amazônica”. A ação é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Programa Euroclima da União Europeia, executada no Brasil pela GIZ em parceria com o Sebrae.

Representando as duas IGs rondonienses, a Associação dos Cafeicultores da Região Matas de Rondônia (CAFERON), entidade gestora da IG Matas de Rondônia, e a Associação dos Cacaucultores de Rondônia (CACAURON), entidade gestora da IG Cacau de Rondônia, passam a integrar um grupo seleto de organizações que receberão apoio técnico especializado para ampliar sua presença em mercados nacionais e internacionais.

Das 13 Indicações Geográficas da Amazônia Legal inscritas no processo seletivo, apenas seis foram escolhidas após avaliação técnica. A seleção reconhece o potencial das duas cadeias produtivas rondonienses para geração de valor, fortalecimento institucional e ampliação de oportunidades comerciais.

Fortalecimento da governança e acesso a mercados

O projeto tem como objetivo apoiar entidades gestoras de Indicações Geográficas da Amazônia Brasileira por meio de ações voltadas ao fortalecimento institucional, desenvolvimento de estratégias de mercado e aproximação com investidores e parceiros comerciais.

Ao longo de aproximadamente 12 meses, CAFERON e CACAURON participarão de uma jornada de qualificação que in-



clui capacitações técnicas, mentorias especializadas, apoio à negociação comercial, desenvolvimento de estratégias de comunicação e participação em rodadas de negócios e investimentos.

Além disso, as entidades passarão por uma etapa de diagnóstico que permitirá a elaboração de Planos de Negócios, Planos de Investimentos e Planos de Comunicação Estratégica, construídos de forma participativa e alinhados às necessidades de cada território.

A expectativa é ampliar a competitividade das IGs e criar condições para que os produtos reconhecidos pela sua origem e qualidade conquistem novos mercados e oportunidades de comercialização.

Para o diretor técnico do Sebrae em Rondônia, Carlos Eduardo Sakagami, a seleção das duas Indicações Geográficas representa uma oportunidade estratégica para ampliar a competitividade dos produtos rondonienses e fortalecer a presença dessas marcas territoriais em mercados de maior valor agregado.

“As Indicações Geográficas agregam valor aos produtos, reforçam a identidade dos territórios e criam oportunidades para os produtores. A participação da CAFERON e da CACAURON neste programa internacional demonstra a capacidade de Rondônia em transformar qualidade e organização em oportunidades de negócio. A

iniciativa contribuirá para qualificar a gestão das IGs e aproximá-las de investidores, compradores e parceiros estratégicos, ampliando a visibilidade do café das Matas de Rondônia e do cacau de Rondônia”, destaca Sakagami.

Sebrae Origens fortalece produtos com identidade territorial

A participação das duas Indicações Geográficas de Rondônia também evidenciam os resultados da atuação do Sebrae Origens, estratégia que promove o fortalecimento de produtos e territórios reconhecidos por sua singularidade, tradição e reputação.

Por meio dessa atuação, o Sebrae apoia o desenvolvimento da governança das IGs, a valorização dos produtos de origem e a conexão entre produtores, consumidores e mercados. O objetivo é transformar atributos territoriais em diferenciais competitivos capazes de gerar renda, desenvolvimento econômico e fortalecimento das cadeias produtivas locais.

No caso de Rondônia, o trabalho desenvolvido junto às entidades gestoras tem contribuído para consolidar a reputação do café das Matas de Rondônia e do cacau de Rondônia, produtos que vêm ganhando reconhecimento nacional pela qualidade, sustentabilidade e vínculo com seus territórios de origem.

Oportunidade para ampliar competitividade

A entrada da CAFERON e da CACAURON no programa internacional representa um novo passo na trajetória das duas Indicações Geográficas. Além do acesso a conhecimento especializado, as entidades terão a oportunidade de estreitar relações com investidores, compradores e instituições estratégicas, fortalecendo sua capacidade de geração de negócios.

A seleção reforça o posicionamento de Rondônia como referência na produção de alimentos diferenciados da Amazônia e demonstra o potencial das Indicações Geográficas como instrumentos de desenvolvimento territorial, valorização da origem e ampliação da competitividade dos pequenos produtores.

Com a participação no Programa Euroclima/Sebrae Origens, as duas IGs passam a contar com uma estrutura de apoio voltada à construção de novas oportunidades de mercado, consolidando uma agenda de crescimento baseada em inovação, sustentabilidade e agregação de valor aos produtos amazônicos.

Mais informações sobre as ações do Sebrae em Rondônia podem ser encontradas no site www.sebrae.ro ou pelo telefone gratuito 0800 570 0800. Também é possível acessar a loja virtual em sebrae.ro/loja e acompanhar as novidades pelas redes sociais Instagram, TikTok, Facebook, LinkedIn e YouTube (@sebraero).



32 Anos
LIGUE
3311-3714

**Divulgação de
Editais, Pedidos
de Licença
Ambiental e outras
Publicações Legais**

Homem é preso após furtar peça de picanha e reagir a seguranças em supermercado

Um homem de 33 anos foi preso na tarde desta quarta-feira (5) após furtar uma peça de picanha no Supermercado Meta 21, localizado no bairro Lagoinha, na zona Leste de Porto Velho. A ocorrência foi atendida por uma equipe do supervisor do quinto Batalhão da Polícia Militar, integrada pelo primeiro sargento PM Serafim e pelo cabo PM Paulo Henrique, acionados via Centro Integrado de Operações Policiais.

Segundo as informações repassadas pelas autoridades, os policiais foram deslocados até a Unidade de Pronto Atendimento Leste, onde o suspeito recebia cuidados médicos devido a ferimentos sofridos durante a tentativa de contenção realizada por seguranças do estabelecimento. Equipes de apoio relataram que populares denunciaram o furto e que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência foi acionado para socorrer o indivíduo.



A equipe de segurança do supermercado informou que o homem já era conhecido por praticar delitos semelhantes no local usando o mesmo método. Na ocasião, ele entrou no estabelecimento, colocou diversas mercadorias em sacolas e alegou no caixa estar sem

dinheiro para o pagamento, deixando parte dos produtos e saindo para o estacionamento.

Durante a abordagem externa, os seguranças encontraram escondida dentro da calça do suspeito uma peça de picanha pesando quase um quilo e meio, ava-

liada em pouco mais de cem reais. O homem reagiu com chutes e pontapés, exigindo o uso de força moderada para a contenção, momento em que caiu ao solo e sofreu escoriações e cortes na região da cabeça e orelha.

Após receber alta médica na UPA, o acusado con-

fessou o crime justificando estar desempregado. Ele foi conduzido em flagrante ao Departamento de Flagrantes da Polícia Civil, enquanto a mercadoria recuperada foi devolvida ao estabelecimento comercial.

**Por: Francisco Rodrigo
News Rondônia**

Empresário de Cacoal é identificado como vítima fatal de colisão frontal na BR-364



O motociclista que morreu em um grave acidente de trânsito na tarde desta quarta-feira (5), na Rodovia BR-364, nas proximidades de Pimenta Bueno

(RO), foi identificado como o empresário Itamar Storari, de 49 anos, morador de Cacoal. Familiares e amigos já haviam mobilizado as redes sociais na tentativa

de localizar o paradeiro do empresário.

De acordo com as informações levantadas pelas autoridades policiais no local, a colisão ocorreu em

frente ao Posto Itaporanga. Itamar conduzia uma motocicleta no sentido Cacoal a Pimenta Bueno quando tentou realizar uma conversão para acessar o acostamento, momento em que invadiu a pista contrária e bateu frontalmente contra uma carreta que trafegava no sentido oposto.

Com a violência do impacto, a motocicleta foi tomada pelas chamas e ficou completamente destruída. O motociclista sofreu ferimentos gravíssimos e faleceu ainda no local, antes da chegada do atendimento de emergência.

A área do acidente foi totalmente isolada para a atuação das equipes da Polícia

Rodoviária Federal (PRF) e da Perícia Técnica (Politec), que apuram as circunstâncias e a dinâmica exata da colisão. Após a conclusão dos trabalhos periciais, o corpo foi removido pela funerária de plantão.

Itamar Storari era bastante conhecido na região de Cacoal, onde atuava no ramo de marmoraria. A confirmação de sua morte gerou grande comoção entre amigos, familiares e clientes, que acompanhavam apreenhimentos as buscas divulgadas momentos antes nas redes sociais. As causas definitivas do acidente seguem sob investigação.

**Por: Francisco Rodrigo
News Rondônia**

Especialistas pedem mais recursos para melhoria da educação infantil

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na tarde desta quarta-feira (5), especialistas reconheceram avanços na educação infantil, mas pediram mais recursos orçamentários para atendimento de qualidade nessa etapa, que acolhe crianças de zero a 5 anos de idade.

O debate sobre o financiamento do setor e a execução das políticas públicas destinadas às creches e pré-escolas foi pedido pela deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP).

— Estamos aqui pensando e discutindo o Orçamento do Brasil, e precisamos de mais recursos para a educação infantil — declarou a deputada, defendendo mecanismos de acompanhamento e rastreio dos recursos públicos para o setor.

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL-SP), que também é professor, afirmou que a qualidade da educação infantil passa pela discussão de vários temas, como piso salarial dos docentes, concurso público, formação de profissionais e estrutura de escolas e creches.

Giannazi manifestou preocupação com a transferência de recursos públicos para organizações sociais, o que promoveria uma “terceirização da educação”. Segundo o deputado, o dinheiro público precisa ser investido pelos governos de forma eficiente e direta nas creches e escolas públicas.

— Defendemos uma educação pública gratuita e de qualidade, da creche à pós-graduação — declarou o deputado.

Na visão do professor Fábio Hoffmann Pereira, pesquisador da Universidade Federal de Ala-

goas (Ufal) e representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o debate sobre o gasto público para uma educação infantil de qualidade passa, necessariamente, pelo entendimento de que a educação é um direito social e um dever do estado.

— Pensar o financiamento de creches e da educação infantil é criar condições concretas para que o Estado cumpra sua obrigação de implantar uma educação de qualidade — disse o professor.

A coordenadora do Movimento Somos Todas Professoras, Berta Lúcia Souza Lima, disse que quem atua “no chão da creche” sabe da necessidade de mais recursos para a educação infantil. Segundo ela, o desafio do movimento é cobrar a implementação da Lei 15.326, de 2026, que reconhece os professores da educação infantil como profissionais do magistério público.

— A educação infantil é a que precisa de mais recursos, pois demanda mais profissionais, alimentação mais saudável e materiais didáticos específicos. Estamos fazendo nosso trabalho, formando cidadãos — argumentou.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036) determina que ao menos 60% das crianças entre zero e 3 anos devem estar matriculadas em creches. Hoje esse percentual é de pouco mais de 40%. Na pré-escola (4 e 5 anos de idade), a meta é chegar a 100% de crianças matriculadas (atualmente, a taxa está em 95%).

Avanços

Para a presidente da Associação Nacional de Pesquisa



em Financiamento da Educação (Fineduca), professora Adriana Dragone Silveira, a educação avançou muito no Brasil com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2006. Ela apontou, no entanto, que é preciso discutir a ampliação do atendimento infantil e também pensar a qualidade do gasto, sem as limitações impostas pelo teto de gastos.

— Fica aqui a defesa de que é preciso retirar os recursos da educação de dentro do arcabouço fiscal — registrou Adriana.

A advogada Marina Fragata Chicaro, representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, ressaltou a importância do investimento na educação infantil como estratégia de construção do futuro de país. Ela lembrou que, conforme amparo constitucional e legal, a criança deve ser vista como prioridade absoluta. Assim, ponderou a advogada, é preciso direcionar os recursos orçamentários de forma mais “qualitativa e equi-

tativa”.

— Há muito a fazer, mas temos avanços. E boa parte deles têm a ver com os incentivos que o Orçamento tem feito — registrou Marina Chicaro.

Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação, Valdoir Pedro Wathier reconheceu que a questão das creches e da educação infantil é um desafio para o país, desde a quantidade e a localização das creches até a qualidade do ensino ofertado para as crianças.

Wathier afirmou que o Fundeb tem tido um crescimento de 4% acima da inflação nos últimos anos — o que, segundo ele, representaria uma evolução expressiva dos valores direcionados à educação no Orçamento.

Controle

De acordo com o diretor de Controle Externo da Educação do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Malheiros da Franca Junior, houve um crescimento significativo da educação dentro do Orçamento federal,

por conta de novas modalidades de financiamento.

O diretor ressaltou que o controle externo contribui para a qualidade do gasto público e pediu respaldo legal para que esse tipo de fiscalização sobre os recursos da educação seja ampliado. Ele também defendeu dar força de lei a critérios que já estão presentes em portarias, como medidas de transparência e acesso público a dados orçamentários.

— Seria importante ter esse amparo em lei. O não acesso aos dados termina inviabilizando o papel dos órgãos de controle — registrou o diretor do TCU.

CMO

A CMO é um colegiado permanente do Congresso Nacional, integrado por deputados e senadores.

Presidida pelo deputado Domingos Neto (PSD-CE), a comissão tem a responsabilidade constitucional de examinar, emitir parecer e votar as leis que definem o planejamento e os gastos do governo federal.

Fonte: Agência Senado

AMATUR



+de 20 destinos
pela Amazônia

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**